

CONTRIBUTOS DA SOCIEDADE PARA A REDUÇÃO DO RISCO EM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

FÁTIMA VELEZ DE CASTRO
LUCIANO LOURENÇO
(COORDS.)



RISCOS
E C A T Á S T R O F E S

||U

ESTRUTURAS EDITORIAIS

Série Riscos e Catástrofes

Estudos Cindínicos

ANTIGOS DIRETORES | FORMER MAIN EDITORS

Luciano Lourenço

Universidade de Coimbra

DIRETOR PRINCIPAL | MAIN EDITOR

Fátima Velez de Castro

Universidade de Coimbra

DIRETORES ADJUNTOS | ASSISTANT EDITORS

Adélia Nunes, Bruno Martins, João Luís Fernandes | António Vieira

Universidade de Coimbra

Universidade do Minho

ASSISTENTE EDITORIAL | EDITORIAL ASSISTANT

Fernando Félix

Universidade de Coimbra

COMISSÃO CIENTÍFICA | EDITORIAL BOARD

Ana Meira Castro

Instituto Superior de Engenharia do Porto

Angela Santos

Universidade de Lisboa

António Duarte Amaro

Escola Superior de Saúde do Alcoitão

António Betâmio de Almeida

Instituto Superior Técnico

Cristina Queirós

Universidade do Porto

Felícia Fonseca

Instituto Politécnico de Bragança

Fernando Granja Martins

Universidade do Algarve

Helena Fernandez

Universidade do Algarve

Humberto Varum

Universidade de Aveiro

José Simão Antunes do Carmo

Universidade de Coimbra

Maria José Roxo

Universidade Nova de Lisboa

Mário Talaia

Universidade de Aveiro

Miguel Castro

Instituto Politécnico de Portalegre

Paulo Nossa

Universidade de Coimbra

Romero Bandeira

Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Porto

Tomás de Figueiredo

Instituto Politécnico de Bragança

Antenora Maria da Mata Siqueira

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Carla Juscélia Oliveira Souza

Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil

Esteban Castro

University of Newcastle, Reino Unido

José António Vega

Centro de Investigación Forestal de Lourizán, Espanha

José Arnaez Vadillo

Universidad de La Rioja, Espanha

Lidia Esther Romero Martín

Universidad Las Palmas de Gran Canaria, Espanha

Maria Augusta Fernández Moreno

Universidad Católica do Equador, Equador

Miguel Castillo Soto

Universidad do Chile

Mohammed El-Fengour

University of Rabat, Marrocos

Monserrat Díaz-Raviña

Inst. de Investigaciones Agrobiológicas de Galicia, Espanha

Norma Valencio

Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Ricardo Alvarez

Florida Atlantic University, Estados Unidos da América

Teresa da Silva Rosa

Universidade Vila Velha, Brasil

Virginia Araceli García Acosta

Universidad Nacional Autónoma de México

Xavier Ubeda Cartaña

Universidad de Barcelona, Espanha

Yvette Veyret

Université Paris X, França

CONTRIBUTOS DA SOCIEDADE PARA A REDUÇÃO DO RISCO EM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

FÁTIMA VELEZ DE CASTRO
LUCIANO LOURENÇO
(COORDS.)



EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA

Imprensa da Universidade de Coimbra

IMAGEM DA CAPA

Imagem de Chil Vera por Pixabay

PRÉ-IMPRESSÃO

Fernando Félix

EXECUÇÃO GRÁFICA

KDP

ISBN

978-989-26-2545-4

ISBN DIGITAL

978-989-26-2546-1

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2546-1>

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
INTRODUÇÃO	9
Conflito e pobreza: que relação? Maria Clara Oliveira	13
Quem define quem é vulnerável – um comparativo entre mapeamentos de vulnerabilidades e riscos Júlia Boelter Nickel e Lindberg Nascimento Júnior	33
Perfil de populações vulneráveis a desastres na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, Brasil Leandro Torres Di Gregorio e Carlos Alberto Pereira Soares	55
Cambio climático, derecho y vulnerabilidad social. El riesgo de inundación en el Gran Buenos Aires / Gran La Plata, Argentina Besalú Parkinson, Inés Camilloni, Cecilia Hidalgo e Claudia E. Natenzon	77
Elementos para um seguro adequado no caso das cheias: o caso do rio Vez Glória Gonçalves e Maria Augusta Fernandez Moreno	117
Catástrofes no Brasil: ponto de rutura ou de culminância da produção socioespacial da inexistência? Norma Valêncio	137
Os Territórios do Medo – a Dimensão social do Risco depois do fogo. Os incêndios de outubro de 2017 na Pampilhosa da Serra (Portugal) Maria Jorge Ferro, Fátima Velez de Castro e Vera Barata	163
Democracia em confinamento ou uma nova era de cidadania digital? Cidades, envolvimento cívico e orçamentos participativos em tempos de pandemia Miguel Silva Graça	189
Supergentrificação, turistificação e os riscos de insustentabilidade social no centro histórico de Lisboa Luis Mendes	215
Vulnerabilidad social de las mujeres afrodescendientes frente a situaciones de amenaza en Colômbia Olga Lissette Sierra Bonilla e Yolanda Teresa Hernández Peña	247

SUMÁRIO

Entre o universal e o singular: a importância do particular para o enfrentamento dos desastres em Campos dos Goytacazes Adriana Soares Dutra e Juliana Thimóteo Nazareno Mendes	261
Catadores e catadoras de materiais recicláveis em Rondonia. Entre a marginalidade e a integração social Maria Madalena Ferreira, Monica G. Monteiro Feitosa e Lúcio Cunha	285
Entre ganhos e perdas: a trajetória social dos trabalhadores rurais sem-terra em territórios do agronegócio canavieiro no Brasil Rosemeire Aparecida Scopinho e Thainara Granero de Melo	303
Quando caem os astros: riscos, catástrofes e paisagens de desespero Reginaldo José de Souza, Eliezer Bosa e Nubia Steffanea Alves Lemos	328
CONCLUSÃO	351

PREFÁCIO

Como é sabido, as populações mais vulneráveis são sempre as mais afetadas, quando qualquer tipo de risco se manifesta.

Ora, até aqui não há nada de novo, pois todos sabemos bem que a penúria económica leva a que determinadas populações se instalem em locais menos favoráveis a essa instalação e, por conseguinte, sendo mais desfavorecidos, tornam-se mais suscetíveis às consequências das plenas manifestações de riscos, quer estas tenham origem em fenómenos da natureza, quer a sua génese seja, direta ou indiretamente, provocada pelo ser humano, isto é, de causa antrópica.

Deste modo, tanto a sociedade como, em particular, o poder político têm obrigação de contribuir para a redução dos vários tipos de riscos que podem atingir as populações, especialmente as mais vulneráveis.

Esta obra, ao dedicar-se ao tema, deve ser entendida como um produto da sociedade do conhecimento que, através da exemplificação de casos práticos estudados pelos autores, visa colaborar nesta difícil tarefa da redução do risco.

O livro começa por apresentar quatro textos, que servem de enquadramento ao problema, para, depois, dar conta de dez situações concretas, pois nada melhor do que percorrer o território para verificar como as manifestações dos riscos se materializam e nele observar como as populações mais vulneráveis são as mais atingidas pela manifestação de riscos.

Os dez exemplos destas diferentes situações ajudam a compreender não só como a vulnerabilidade faz parte do risco, mas também, e sobretudo, como a chamada vulnerabilidade social, que deveríamos chamar antes de fragilidade social ou, porventura, de sensibilidade social, por corresponder às características intrínsecas dos elementos que constituem uma determinada sociedade, faz ampliar as consequências da manifestação do risco, ou seja, os danos causados pela exposição a um determinado processo, seja ele de natureza física ou humana.

Com efeito, só conhecendo os riscos os poderemos prevenir, evitando a sua manifestação, quando possível, e, quanto tal não é possível, reduzindo a extensão dos danos, isto é, dos efeitos nocivos que a manifestação de um qualquer processo pode provocar.

Não tendo dúvidas de que este volume da série Riscos e Catástrofes contribui para aumentar o conhecimento da sociedade sobre a manifestação de alguns riscos, estou também certo de que aumentará o conhecimento da sociedade sobre a redução do risco e, desta forma, será outro dos possíveis contributos da sociedade para a redução do risco em populações vulneráveis.

Goulinho, 18 de novembro de 2023

Luciano Lourenço

INTRODUÇÃO

Fátima Velez de Castro

Universidade de Coimbra, NICIF, RISCOS e CEIS20 (Portugal)

Faculdade de Letras, Departamento de Geografia e Turismo

ORCID: 0000-0003-3927-0748 velezcastro@fl.uc.pt

Em 2019, a RISCOS deu à estampa o volume “*Catástrofes Antrópicas. Uma Aproximação Integral*”, coordenado por Luciano Lourenço e Fátima Velez de Castro. Na altura, constatava-se que havia necessidade de se produzir uma obra onde fossem sistematizadas dimensões particulares de fenómenos cindínicos no âmbito tecnológico e social, cuja produção e divulgação científica vinha decorrendo de forma dispersa. Numa lógica interdisciplinar, reuniu-se um conjunto de estudos de autoras e autores de diversas áreas científicas, cujas visões epistemológicas e metodológicas diferenciadas, permitiram dar pistas para linhas investigação futuras.

Tal ponto de partida deu origem a este livro, que agora se publica, e que se foca sobretudo na diversidade e complexidade contextual dos riscos sociais, apresentando, como o próprio título indica, “*Contributos da Sociedade para a Redução do Risco em Populações Vulneráveis*”. São catorze capítulos sobre temas diversos, onde se reflete sobre casos concretos de populações em risco, adstritas a territórios com fragilidades estruturais.

A obra inicia-se com o capítulo “*Conflito e pobreza: que relação?*” e Maria Clara Oliveira, onde se discute o nexos que se estabelece entre pobreza e conflito. A autora sistematiza o debate em torno das consequências dos conflitos armados na pobreza, examinando esta relação do ponto de vista institucional, a nível microeconómico e também a nível sistémico. Segue-se uma reflexão sobre “*Quem define quem é vulnerável – um comparativo entre mapeamentos de vulnerabilidades e riscos*”, da autoria Júlia Nickel e Lindberg Nascimento Júnio, que realizaram a análise da convergência entre os resultados de dois índices de vulnerabilidade social para o estado de Santa Catarina (Brasil), através de uma carta síntese em escala municipal. O resultado desta investigação apontou para a dificuldade de concordância, a qual revela insuficiência da utilização de índices isolados para o mapeamento dessas populações. Leandro Torres Di Gregório e Carlos Soares apresentam o “*Perfil de*

populações vulneráveis a desastres na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro-Brasil”, trabalho que tem como objetivo traçar um perfil das populações vulneráveis a catástrofes na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, a partir da pesquisa de campo efetuada com desabrigados no município de São José do Vale do Rio Preto, após o desastre de 2011, o terceiro maior do Brasil em número de mortes. No capítulo seguinte, intitulado “*Cambio climático, derecho y vulnerabilidad social. El riesgo de inundación en el Gran Buenos Aires / Gran La Plata, Argentina*”, escrito por Aurora Parkinson, Inés Camilloni, Cecilia Hidalgo e Claudia Natenzon, é trazido ao debate o tema das alterações climáticas, confrontando-se as dinâmicas ambientais com os dispositivos que os seres humanos utilizam para planejar e ordenar o mundo social. O uso de leis e de regulamentos nem sempre vai ao encontro das necessidades das populações mais vulneráveis, o que acaba por gerar situações de conflito. Já Glória Gonçalves e Maria Augusta Moreno apresentam “*Elementos para um seguro adequado no caso das cheias: o caso do rio Vez*”. As autoras fazem a identificação geográfica dos centroides das cheias, a partir da localização geográfica de indivíduos em situação de vulnerabilidade socioambiental, levando-as a propor elementos mais precisos para a definição de apólices mais justas, quer para as seguradoras, quer para os grupos populacionais em perigo. Segue-se o trabalho “*Catástrofes no Brasil: ponto de rutura ou de culminância da produção socioespacial da inexistência?*” da autoria de Norma Valêncio, que discorre sobre a definição de “catástrofe”, a qual pode apresentar uma conotação ambígua, uma vez que, concomitantemente, denota uma variação entre rutura e continuidade. Partindo do debate sociológico recente sobre essas duas facetas das catástrofes, a autora faz uma reflexão para o caso brasileiro. “*Os Territórios do Medo – a Dimensão social do Risco depois do fogo. Os incêndios de outubro de 2017 na Pampilhosa da Serra (Portugal)*” é o capítulo apresentado por Maria Jorge Ferro, Fátima Velez de Castro e Vera Barata. As autoras propõem-se discutir aspetos psicológicos e relacionais que assentam em conseqüências inesperadas, decorrentes de uma situação de risco misto, neste caso os incêndios de 2017, na Pampilhosa da Serra, Portugal. Pretende-se compreender os mecanismos do medo, do stress pós-traumático e do apego das populações afetadas, e de como tal se reflete na relação com o território, com o propósito de abrir caminhos para a compreensão deste tipo de

fenómenos cindínicos, do ponto de vista social, com vista ao desenvolvimento de possíveis ações de suporte, apoio e remediação após a catástrofe, nas comunidades afetadas. Miguel Silva Graça apresenta o trabalho *“Democracia em confinamento ou uma nova era de cidadania digital? Cidades, envolvimento cívico e orçamentos participativos em tempos de pandemia”*, onde o autor defende que no campo da participação cidadã, o “Orçamento Participativo” tem vindo a conquistar uma posição de referência mundial nos últimos 30 anos. Todavia, a emergência sanitária causada pela doença COVID-19, teve uma repercussão gigantesca nos processos participativos, e especialmente aqueles que dependem de interações presenciais, causando impactos negativos no acesso às pessoas mais desfavorecidas, vulneráveis ou sub-representadas. Portugal não foi exceção e, neste capítulo, o autor faz uma reflexão sobre o fenómeno. Também à escala nacional, Luis Mendes discute o tema da *“Supergentrificação, turistificação e os riscos de insustentabilidade social no centro histórico de Lisboa”*, tendo em conta o fato da cidade de Lisboa, de 2009 e 2019, ter vivido um pico de projeção internacional enquanto destino turístico, ao mesmo tempo que o seu mercado de habitação atraiu dinâmicas globais de procura e de investimento estrangeiro, que fomentou a gentrificação, turistificação e financeirização da habitação. Tal fato tem vindo a agudizar o processo de despovoamento do centro histórico, colocando em risco a sustentabilidade social deste território. Já no caso da América Latina, Olga Bonilla e Yolanda Peña são as autoras de *“Vulnerabilidad social de las mujeres afrodescendientes frente a situaciones de amenaza en Colômbia”*. Este capítulo apresenta uma reflexão sobre a dimensão histórica da vulnerabilidade na interseccionalidade das mulheres afro na Colômbia, contribuindo para a discussão atual sobre a construção de territórios e grupos sociais com poucas capacidades para enfrentar os desafios de um mundo em mudança. *“Entre o universal e o singular: a importância do particular para o enfrentamento dos desastres em Campos dos Goytacazes”*, é o trabalho de Adriana Dutra e Juliana Mendes, onde são apresentados elementos relativos à perceção de riscos e de catástrofes relacionados com a água, assim como formas de enfrentamento adotadas por moradores de Campos dos Goytacazes, Brasil. Segue-se o capítulo *“Catadores e catadoras de materiais recicláveis em Rondônia. Entre a marginalidade e a integração social”*, de Maria Madalena Ferreira, Mónica Feitosa e Lúcio Cunha. Os autores

procuram demonstrar os resultados de pesquisas sobre “catadores e catadoras” realizadas em Porto Velho, Rondônia. O exercício da função destas pessoas é permeado de conflitos interpessoais, exclusão socioeconômica, discriminação junto das comunidades onde realizam a coleta diária, pelo que é defendido o acesso aos benefícios e políticas públicas inclusivas. Rosemeire Scopinho e Thainara Melo apresentam o trabalho “*Entre ganhos e perdas: a trajetória social dos trabalhadores rurais sem terra em territórios do agronegócio canavieiro no Brasil*”, onde refletem sobre a questão social dos trabalhadores rurais das agroindústrias canavieiras, uma das mais importantes na produção de commodities, nomeadamente sobre a trajetória social dessa população, em busca de melhores condições de vida. Entre ganhos e perdas, permanecem os riscos e a insegurança sobre a posse da terra e a vulnerabilidade social. A obra termina com o capítulo de Reginaldo Souza, Eliezer Bosa e Nubia Lemos, intitulado “*Quando caem os astros: riscos, catástrofes e paisagens de desespero*”, o qual tem como objetivo analisar, a partir dos traumas psicológicos e paisagísticos, uma tragédia ocorrida no município brasileiro de Brumadinho, estado de Minas Gerais. Os autores problematizam os impactos psicológicos de quem sobreviveu, o que pode ser algo a ser considerado nas análises geográficas sobre a transformação ou produção do espaço, como mercadoria na economia atual.

Esperamos que a leitura deste livro possa contribuir para o debate temático de contextos de risco de populações vulneráveis, abrindo caminho para a construção de territórios mais seguros.

OS TERRITÓRIOS DO MEDO – A DIMENSÃO
SOCIAL DO RISCO DEPOIS DO FOGO.
OS INCÊNDIOS DE OUTUBRO DE 2017 NA
PAMPILHOSA DA SERRA (PORTUGAL)
TERRITORIES OF FEAR – THE SOCIAL DIMENSION
OF HAZARDS AFTER FIRE.
THE FIRES OF OCTOBER 2017 IN
PAMPILHOSA DA SERRA (PORTGAL)

Maria Jorge Ferro

Universidade de Coimbra (Portugal)
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação
0000-0001-5349-0961 mariajorgef@fpce.uc.pt

Fátima Velez de Castro

Universidade de Coimbra, RISCOS, CEIS20 (Portugal)
Faculdade de Letras, Departamento de Geografia e Turismo
0000-0003-3927-0748 velezcastro@fl.uc.pt

Vera Barata

Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra (Portugal)
0009-0000-6594-6911 vera.barata@cm-pampilhosadaserra.pt

Sumário: Neste trabalho, propomo-nos discutir aspetos psicológicos e relacionais que assentam em consequências inesperadas decorrentes de uma situação de risco misto, neste caso os incêndios de 2017, na Pampilhosa da Serra, Portugal. Tendo a *Grounded Theory* como modelo metodológico, realizaram-se entrevistas a indivíduos residentes no concelho, com vista à compreensão das suas reações/percepções individuais/comunitárias face aos fogos de outubro de 2017. Assim se

pôde compreender os mecanismos do medo, do stress pós-traumático e do apego das populações afetadas, e de como tal se reflete na relação com o território. Pretende-se abrir caminhos para a compreensão deste tipo de fenómenos cindínicos, do ponto de vista social, com vista ao desenvolvimento de possíveis ações de suporte, apoio e remediação após a catástrofe, nas comunidades afetadas.

Palavras-chave: Riscos sociais, incêndios florestais, medo, apego, território.

Abstract: In this work, we propose to discuss psychological and relational aspects that are based on unexpected consequences arising from a situation of mixed risks, in this case the fires of 2017 in Pampilhosa da Serra, Portugal. Using the Grounded Theory as a methodological model, interviews were carried out with residents in the municipality to understand their individual/community reactions/perceptions with respect to the October 2017 fires. The idea is to understand the fear, post-traumatic stress, and attachment processes in affected populations, and how this is reflected in their relationship with the territory. It is intended to open paths for the understanding of this type of cindynic phenomena from the social point of view. It should then be possible to develop actions to support, help, and remedy the situation in the affected communities after a disaster.

Keywords: Social risks, forest fires, fear, attachment, territory.

Introdução

O Humano, quando comparado com outros animais, e sendo ser social e produtor de cultura, nasce e mantém-se dependente de outros sujeitos da espécie até tarde. Contudo como sabemos ao longo da história e da história da ciência, os indivíduos têm vindo a desenvolver diferentes facetas e formas de lidar com a sua vida, com a vida dos que os rodeiam, assim como com os territórios quotidianos. Nesse curso do desenvolvimento humano e das comunidades, as emoções básicas que protegeram a espécie e que estão na origem de combinações diversas daquelas que em pleno século XXI, se compreendem como modos de ser e estar adaptados ou adequados às exigências dos dias não são necessariamente as mesmas, ou serão? Pensando naquelas que são as mais consensuais expressões de emoção que se assume serem universais, teremos o medo, a raiva, a alegria e a tristeza e ainda a repulsa¹. Nesta linha de ideias, torna-se essencial perceber como é que os quadros emocionais funcionam face a situações de risco e de catástrofe, em especial como as populações se relacionam com os territórios e como se vão adaptando às circunstâncias.

No caso português, o risco de incêndio florestal é um dos que mais tem afetado as populações de todo o país, com consequências muito prejudiciais, quer em termos de perda de vidas humanas, como de bens. Lourenço e Félix (2019) chamam a atenção para a mudança no panorama dos incêndios em Portugal, várias gerações de ocorrências. A primeira (até final de 1985) caracterizou-se por deflagrações pouco numerosas e pequenas (áreas inferiores a 10.000 hectares), sobretudo a norte do rio Zêzere; a segunda geração (de 1986 a 2002) já contou com ocorrências mais numerosas e com uma dimensão superior (áreas inferiores a 20.000 hectares), tendo havido um avanço para sul, até ao rio Tejo; a terceira geração (de 2003 a 2016) foi marcada por um aumento em número e dimensão das ocorrências (áreas superiores a 20.000 hectares), assim como a uma dispersão a todo o território português continental. Segundo os autores, “[...] a quarta geração, a mais grave

¹ Consideram-se mais duas expressões, mas menos consensuais – desprezo e surpresa – todavia, para o que importa neste trabalho, aquelas cinco emoções fundadoras são o cerne, daí que não nos alonguemos mais.

de todas elas, iniciou-se em 2017 e ultrapassou tudo o que seria expectável, pois bateu todos os anteriores recordes. Esta geração corresponde à dos maiores incêndios, jamais anteriormente registados, cuja área foi superior a 30 mil e inferior a 50 mil hectares [...]” (Ob.Cit. 46).

Tendo em conta a catástrofe decorrente dos incêndios de 2017, em Portugal, há uma questão-chave que se impõe: o que leva uma pessoa a permanecer num local onde foi confrontada com uma das piores experiências da sua vida? Através deste estudo, pretende-se abrir caminhos para a compreensão deste tipo de fenómenos cindínicos, do ponto de vista social, com vista ao desenvolvimento de possíveis ações de suporte, apoio e remediação após a catástrofe, nas comunidades afetadas.

Autores como Mira e Lourenço (2019) defendem a necessidade de uma prevenção estrutural, baseada em ações de sensibilização e educação adequadas. Esta dinâmica passará tanto por elementos externos como por intrínsecos aos próprios territórios, sendo que Tedim (2018) reforça a importância da construção de comunidades resilientes, baseada na construção de cenários; no planeamento da organização da paisagem e dos recursos; na gestão adaptativa da paisagem. Destaca-se este último ponto, por implicar a criação e manutenção de resiliência à escala individual, familiar e comunitária.

Neste trabalho, propomo-nos discutir aspetos psicológicos e relacionais que assentam em consequências inesperadas decorrentes de uma situação de risco misto, neste caso os incêndios de outubro de 2017, na Pampilhosa da Serra, Portugal. Tendo a *Grounded Theory* como modelo metodológico, realizaram-se entrevistas a indivíduos residentes no concelho, com vista à compreensão das suas reações/perceções individuais/comunitárias face à catástrofe. Assim, será possível compreender os mecanismos do medo, do stress pós-traumático e do apego das populações afetadas, e de como tal se reflete na relação com o território.

Quando se teme a natureza e algo mais

O medo, enquanto mecanismo de proteção, explica a razão de ser de não nos expormos a perigos desnecessários, de evitarmos riscos imediatos e é uma emoção involuntária e natural, mas não é experimentada da mesma forma por todos os

indivíduos e pode, com o desenvolvimento da consciência de si, das circunstâncias, da capacidade de equacionar situações e exigências, riscos e garantias, a expressão do medo pode variar entre a paralisação e a fuga rápida de uma situação percebida como perigosa. Os estudos em psicologia evolucionista (Nesse, 1990) garantem que continuamos a fugir - nós humanos - de uma cobra porque, evolutivamente, o estímulo provocado pela presença de um predador ainda não teve tempo para se apagar da nossa constituição fundadora, ainda que a maior parte dos humanos citadinos nem nunca tenha estado na presença real de um exemplar ofídico. O medo de alturas desprotegidas impede-nos do risco de tropeçar e cair; o medo de perder algo ou alguém de quem se gosta ou precisa faz-nos cuidar desse ser ou objeto além de nós e podemos chegar a crer que será resultado da nossa ação a manutenção dessa presença na nossa vida.

Mas o medo de elementos naturais ou de forças que afetam a natureza em nosso redor, além de poder parecer incontrolável e, por isso, recolocar-nos num lugar de inferioridade profunda no que respeita à possibilidade de reconhecimento da ação como condicionante das circunstâncias, é ainda real. Será este o medo do fogo será tanto mais incapacitante quanto menor conhecimento factual se tenha quer da ação do elemento quer da importância paradoxal que este tem para o próprio humano: o fogo é um agente protetor da espécie (afastava inimigos, predadores, aquecia, permite cozinhar, etc) mas, descontrolado, pode matar. Ora, o humano do século XXI, tem vindo a esquecer não só as suas origens enquanto espécie, membro de comunidades, elo de uma cadeia vital alargada, como a relevância intrínseca de cada uma das suas ações. O humano da história atual, vive um paradoxo crítico em relação às coisas todas do mundo e da vida (a sua e a de todos os/as outros) de modo especial, em 1884 James já sabia que *“we have already a brain-scheme in our hands...”* (Ob.Cit. 188). Este humano, na vida do dia-a-dia, deseja controlar, até ao mínimo da sua expressão, qualquer emoção que julgue capaz de o vulnerabilizar. Sentir medo torna-nos vulneráveis aos olhos ou no entender da comunidade se, nessa comunidade, o valor da vida não se medir pelo nível da sua dignidade, mas antes por escalas socialmente construídas e difundidas que assentam muito mais em ganhos ou experiências de vantagem imediata, onde a impressão de alegria se faça sentir como se não tivesse esta também um reverso na tristeza.

Alegria e tristeza são também elas duas emoções básicas. Qualquer pessoa está equipada para a experiência destas. Como da raiva, que surge quando se sente o descontrolo sobre o momento, a própria pessoa, os outros. Qualquer destas três emoções -alegria, tristeza e raiva- têm vindo a ser moldadas pelos ambientes sociais, culturais em que nos desenvolvemos. São experiências viscerais ajustadas ao meio ou, pelo menos, ao que cada indivíduo julga ser a expressão aceite no ambiente em que as expressa. Resta-nos a referência à repulsa, a quinta e menos consensual emoção no grupo das consideradas básicas e vitais: a repulsa estaria tão no limiar das impressões viscerais de sobrevivência quanto o medo -ou a raiva- por nos impedir de consumir, por exemplo, um qualquer produto tóxico, por nos prevenir de uma atração fatal por algum outro ser que nos agredisse.

Mas o tempo que vivemos, as sociedades que construímos, ensinam-nos um outro tipo de repulsa: fazem-nos desejar modos de ser e estar, formas de contacto e construção de lugares de experiência de prazeres imediatos e incapazes de comportar sequer a questão acerca do potencial mal que possam causar ou vir a acarretar para nós, o meio, o coletivo. Por exemplo, criamos planos de ordenamento do território, planos diretores municipais, onde estruturas ecológicas ou agrícolas são definidas e delimitadas, mas onde, quantas vezes, se prevarica e se contorna uma ou outra norma em nome do desenvolvimento da região, da localidade, da satisfação de uma necessidade da população, do grupo ou do indivíduo que, porque no imediato pode, assim deseja e realiza. Em nome de uma ideia não natural, não consensual, não partilhada de desenvolvimento, o que antes poderia causar repulsa – espécies não autóctones, organização do espaço natural e do espaço urbano, desenho de vias de comunicação e alteração de cursos de água e tantas outras mudanças por mão humana – quase sub-repticiamente vem ganhando espaço e alterando modos naturais, respeitadores do ambiente, ponderados, de construir comunidade ou ser humano.

Experimenta-se muito mais raiva pela frustração das necessidades imediatas do que alegria pelo bem comum, tristeza que paralisa pela incompletude de um sonho individual, medo de não alcançar objetivos que, tantas vezes nem se reconhece como se definiram. Vivemos um tempo de repulsa. Na sua obra “a instalação do medo”, ainda que se reportando explicitamente às questões da cultura, Paul Virilio (2012,59) afirmava “[...] *fear not only creates its environment with its ghettos, gated*

communities, communitarianism, it also created its cultures, a culture of repulsion [...]”.

De facto, pensar a experiência do medo, assumindo o indivíduo como ser social e cultural que é, não é o mesmo nas comunidades do nosso tempo ou nas primeiras comunidades do ser recolector que teremos sido. Reconhecer a experiência de medo passa por aceder a informação anteriormente processada pelo próprio corpo (James, 1884). Mas o medo também é elaborado (Ekman, 1992) e é aprendido. Esta leitura de “medo aprendido” está estudada (Altenor, Volpicelli, & Seligman, 1979; Maier, & Seligman, 1976; Nesse, 2001) e assume a forma de desamparo, muitas vezes. A experiência de incontrolabilidade é tão mais grave quanto menor a preparação que cada organismo tem para lidar com um medo específico. Mas mais crítico será lembrar que essa experiência de ausência de controle, condiciona a ação possível e eficaz numa situação futura onde o perigo pudesse ser controlado. A acrescentar a estas considerações, podemos ainda trazer as notas críticas de Davis (1998) na sua obra *Ecologia do Medo*: lembra que a fúria de crescimento, ou da ideia de desenvolvimento da criatura humana especialmente habituada a viver no meio urbano está a conduzir-nos por todo o globo a uma situação de pré-catástrofe iminente. Como se a humanidade andasse a tentar esquecer o perigo que a própria vem provocando. De onde nascerá esta cegueira coletiva, podemos perguntar-nos? Talvez de padrões de vinculação disfuncionais, talvez do cansaço pela informação disponível, mas difundida antes do garante da capacidade de reflexão crítica de todos. De tanto aguardar tragédias, em lugar de as prevenir, as pessoas estarão a habituar-se à ideia de nada valer a sua ação, sentindo-se visceralmente desamparadas, será? O desamparo aprendido deve-se radicalmente à impressão de não resposta às necessidades do indivíduo, à incapacidade pressentida no outro de lhe prestar atenção ou devolver afeto. A Natureza ou o mundo todo como lugares-prova de incapacidade, de indiferença, assim parece.

Crescer, sem que a necessidade de sentir o acolhimento dos outros significativos tenha lugar, pode dar ocasião a diferentes formas de busca de prazer ou satisfação de necessidades de afiliação. Por exemplo, ter coisas, buscar, possuir bens palpáveis é, muitas vezes, uma quase estratégia adaptativa para aqueles sujeitos que, sentindo-se pouco suportados no que aos afetos respeita, se refugiam em substitutos dessa necessidade de afiliação inata. Qual emoção primária de experiência vital de alegria.

Acontece que, como tudo que é artificial, não repara a necessidade do mesmo modo que a experiência vital permitiria e o afastamento da possibilidade de afiliação aos outros e aos lugares muda. Luc Ferry (1992, 2000) refere-se aos diversos medos que limitam cada pessoa e à importância de procurar compreender cada parcela de expressão humana através de lentes transdisciplinares. É essa leitura, que se pretende assente no saber de ciências distintas, que aqui trataremos.

O medo face ao fogo

Os estudos sobre o medo normalmente distinguem-no conforme se trata de uma experiência associada a um determinado estágio de desenvolvimento, por um lado o caso de crianças e adolescentes (Gittelman, 1986), por outro sobre o que se passará quando o medo é uma experiência de adultos (Tuma & Maser, 1985; Barlow, 1988; Rapee, 1996), mas há também trabalhos onde se estuda o medo em todas as idades (Beidel & Turner, 1998). O medo, de acordo com uma perspectiva evolutiva ou desenvolvimentista, é uma adaptação. De acordo com estas perspetivas, o medo é uma emoção básica, fundamental, presente em todas as idades, culturas e espécies (Vasey, & Dadds, 2001). Quando o medo, enquanto emoção básica, garante a sobrevivência pelo não correr riscos fatais, esta experiência diz-se adaptativa (Baptista, Carvalho, & Lory, 2005; Gross, 2008; John & Gross, 2004; Tamir, 2009)

O medo é um fenómeno psicológico marcado pela consciência de um perigo. É uma impressão com carácter afetivo ainda que possa descrever-se com base num juízo, assente na cognição, que encontra razão de ser num objeto, circunstância, indivíduo ou situação precisas e identificáveis. Sentir medo ou experimentar medo não é, portanto, o mesmo que a angústia, uma vez que esta não precisa necessariamente de uma razão, de um fundamento identificável. Contudo, pode dar lugar à angústia e esta, ao perdurar, torna a vida dos indivíduos num estado quase permanente de mal-estar.

O medo provoca alterações no organismo dos indivíduos: a experiência de medo conduz a um estado de alerta que mantém o corpo em tensão, acelerado,

sob pressão, precisamente, levando ao aumento da tensão arterial e a possíveis complicações físicas com efeitos mais ou menos críticos e permanentes.

O medo perturba o raciocínio e pode dever-se a uma ignição imaginária de perigo, mas o medo, quando se reporta a algo concreto, percebido como ameaçador ou letal, também é protetor pois conduz a ações de proteção pessoal, dos entes queridos ou bens de relevo, desencadeia processos de defesa do organismo e pode mesmo ser a origem da estratégia de sobrevivência (assim os atos levados a cabo sejam baseados num saber fazer ou num saber estar perante a situação de perigo percebida).

Assim é no caso do fogo caso em que se tem verificado que as populações autóctones parecem lidar menos mal com o cenário de incêndio do que indivíduos que são surpreendidos por este num local onde se encontram de passagem. Esta constatação convoca-nos a voltar a pensar na experiência de incontabilidade da situação geradora de medo: o fogo está cada vez mais ausente da vida das populações, especialmente citadinas, com hábitos de vida que as isentam de contacto até com o fogão de casa e até esse eletrodoméstico é cada vez mais independente das chamas de produção de calor. Parece assim que o medo do fogo é quase um medo do desconhecido.

Num tempo em que ao humano socialmente apontado como mais capaz, mais competente, se associa a ideia de maior capacidade de controlo de tudo e qualquer coisa na sua vida, o fogo põe em causa esta imagem de forma absolutamente radical. A experiência de impotência perante uma força da natureza tão avassaladora pode gerar em qualquer indivíduo um estado de desamparo que o compromete muito além do momento e da ocorrência específica (Seligman & Maier, 1967), neste caso, do incêndio. Por outro lado, a ilusão de controlo, típica de indivíduos que parecem nunca ter contactado com riscos que os pudessem ter feito vacilar, pode estar na origem de se deixarem iludir com a sua própria inviolabilidade e, por isso, sucumbir em caso de perigo efetivo. Podemos, por exemplo, voltar ao estudo de Alloy e Abramson (1982) ou atentar ao trabalho de Peterson, Maier e Seligman (1993/95) quando nos trouxeram uma obra acerca do desamparo aprendido na era da apologia do controlo pessoal.

A responsabilidade coletiva na recuperação da catástrofe dos grandes fogos florestais

As questões da responsabilidade e da propriedade, para os indivíduos, deveriam ser intimamente correlacionadas: quanto maior propriedade maior responsabilidade, mas a responsabilidade não pode isentar ninguém em relação a todos os temas humanos. No caso da propriedade de terrenos florestais, o cuidado é central não só a bem do espaço e da salvaguarda da posse, mas a bem de toda a comunidade alargada. O ordenamento do território deveria ser definido por quem de direito, capaz de reconhecer cada parcela e cada possibilidade de impacto das alterações aí ocorridas, a ocupação e as modalidades de usufruto do espaço não podem ser encaradas como direito sem qualquer responsabilidade superior ao próprio juízo de utilização. Escreve Gonçalves (2007, 161) *“O fogo faz danos... a indiferença muito mais.”*. Se a floresta pode ser experimentada como posse, mas por ser espaço livre de portas ou paredes, se deixa entregue às forças da natureza, então o que dizer sobre a casa?

Quando o ter uma casa é percebido pelas pessoas com garantia de um lugar seguro, de abrigo e, por isso, tantas vezes a casa encerra os esforços de uma vida. Num trabalho de 1990 reeditado em 2021 com a revisão do prefácio, temos a obra de Saunders cujo título não deixa dúvidas quanto à importância da posse da casa *“A Nation of Home Owners”*, neste trabalho, baseado em entrevistas de profundidade levadas a cabo com os participantes do estudo, o autor reconhece a relevância do lugar da casa na estrutura dos planos e projetos de vida dos indivíduos. A casa como reduto da impressão de segurança ontológica é ali discutida e é, no nosso trabalho, um dado crítico a ter em consideração: a perda da casa é, então, muito mais significativa do que o bem propriamente dito, pode ser a perda do suporte de si e, com tal perda, a decorrente experiência de irremediável fim apesar da salvaguarda da vida. E, ligado à casa está “o lugar”, “os lugares” numa lógica de topofilia, isto é, a relação afetiva que os indivíduos desenvolvem com os territórios (Tuan, 2008). Neste caso, pode-se dizer que a ligação umbilical com os territórios se faz a partir da casa, da paisagem, das vivências, das memórias, impulsionadas por todas as quotidianidades desenvolvidas pelo indivíduo e pela comunidade. A territorialidade, do ponto de vista da identidade individual/coletiva, é essencial para se compreender o destas populações ao local onde vivem.

Por outro lado, no caso da situação de fogo florestal enquanto turista ou alguém que estava na hora errada no local errado, também não ilibada da experiência de medo e perda desse indivíduo ou conjunto de pessoas: as motivações para estar naquele lugar podem ser distintas, as perdas podem ser diferentes, reações e resultados psicológicos do fogo florestal naqueles que por este são afetados serão também diversos (Fahrudin, 2012). O que talvez mais nos importa foi já perguntado diversas vezes e está exatamente assim interrogado num texto de Dinis (2007, 67) “[...] *que lições tira a Humanidade dos eventos catastróficos e das catástrofes ambientais? As raízes sociológicas e os interesses são mais fortes que o medo e o bom-senso? Ou, ainda, que mecanismos psicológicos intervêm? [...]*”. Sobre esta questão, Houart (2007) lembra o poder de ampliação da impressão de catástrofe, que sabemos ocupar a comunicação social: rapidamente um acidente se torna tragédia e quase instantaneamente a parte é tomada pelo todo. O autor, a partir de uma breve leitura dos males contemporâneos, avança a necessidade de nos religarmos na nossa própria humanidade. Lembra que a pior ameaça é, precisamente, *“tornar-se passivo, amargo...”* (Ob.Cit.:250).

O fogo e a destruição põem à prova a própria comunidade, mas, mais que tudo, exige revisão de toda uma forma de ser e estar nacional que parece distinguir lugares, dramas e possibilidades de acordo com uma escala de importância perfeitamente desligada daquilo que verdadeiramente salvaria do vazio cada pessoa e qualquer coletivo: a disponibilidade de cada indivíduo se encontrar a si e ser como todos os outros. A cada ano de notícias de fogo de grandes dimensões, o país parece sucumbir, por uns dias, numa apreciação contrafeita da calamidade que é vivida pelos outros, mas que condói cada pessoa por muito distante que se situe do calor, do ar rarefeito, da paisagem devassada que intui. Acontece que a voracidade dos dias, qual voracidade do elemento dramático, logo faz esquecer a mágoa a todos aqueles que ali não vivem, dali não são, aquele lugar não (re)conhecem. Até que novo drama ocorra, a experiência de medo através dos ecrãs de televisão logo é esquecida, mas não para quem pertence ali, quem ali tem a sua vida, ou quem ali, num desses dias de horror, perdeu alguém.

A experiência do medo pode dar lugar a uma forma de stress depois do trauma, a uma vivência continuada de mal-estar que pode ou não surgir logo após a situação de perigo e que exige uma atenção especializada. Então, de entre aqueles e aquelas

que viveram situações de fogo florestal descontrolado, quem e que características pessoais vieram a desenvolver quadros de stress-pós-traumático? Como se expressam ou como (continuam) a evitar lembrar e abordar o problema? (Canterbury, & Yule, 1999; Dale-Hallett, Carland, & Fraser, 2015; Shepherd, & Williams, 2014).

Também porque reconhecemos que haverá diferentes histórias com situações presentes bem diversas, nos parece que este trabalho de investigação não só faz sentido, como pode traduzir-se numa nova oportunidade de superação para as pessoas que precisam de ser escutadas e ajudadas a darem a saber, ainda agora, a sua leitura do que foi e de como estão (Dale-Hallett, Carland, & Fraser, 2015). Sabendo, contudo, que a recordação do vivido possa ser dolorosa, ou mesmo que haja indivíduos que prefiram não lembrar o ocorrido ou que, reconhecendo pessoalmente ou por indicação de outros tenham vindo a sentir momentos de expressões afetivas extremadas, a simples proposta de participação no projeto de investigação pode desencadear um conjunto de emoções que importa antecipar (Yule, Smith, Perrin, & Clark, 2013). Esta atenção será tão mais crítica quanto mais jovens possam ser as pessoas entrevistadas, mas se se compreende que nenhum(a) protagonista de uma situação de catástrofe sairá ileso(a) dessa vivência, também as pessoas que são indiretamente afetadas por estes eventos podem e devem ser escutadas. Assim, poderão apresentar a sua impressão dos factos e das consequências, auxiliando-se os trabalhos de apoio à recuperação psicológica de todos e cada um(a) (Cowlshaw *et al.*, 2021).

A Grounded Theory como metodologia de investigação

Tal como já foi referido, propomo-nos discutir aspetos psicológicos e relacionais que assentam em consequências inesperadas decorrentes de uma situação de risco misto, neste caso os incêndios de outubro de 2017, que exigem o estudo de grupos da população que possam tomar-se como referência para a constituição de possíveis ações de suporte, apoio e remediação após a catástrofe. Estes conceitos, “*unintended consequences*” e “*reference group*” podem ser compreendidos à luz dos estudos de Merton (1973) que é, por sua vez, um dos professores onde se basearam os

fundadores da *Grounded Theory* (Glaser & Strauss, 1967), para a construção de um modelo de pesquisa fundado nos dados obtidos no terreno, junto das populações que melhor conhecem o objeto de estudo que se pretende focar.

Também Blumer (1937/1986), a quem se deve muito do que ainda hoje assumimos como possibilidade de compreensão das ações humanas, esteve na base da configuração da *Grounded Theory*, quando estipulou que é imprescindível considerar que cada pessoa age perante as circunstâncias ou os outros conforme o sentido ou o significado que lhes atribui². Tais sentidos e significados emergem e são manipulados pelos processos de interação e de interpretação que, em cada comunidade ou grupo, se compreendem, encerram ou desenvolvem. Desta forma, para compreender e poder descrever com rigor, o modo como um indivíduo ou uma comunidade se (re)organiza após uma situação limite vivida por toda uma região, vai obrigar à escuta e à exatidão dos sentidos e significados que essa mesma pessoa/comunidade quer expressar. Os passos da teoria assente nos dados promovem e balizam a adequação das notas, da categorização do narrado e a conceptualização a partir da discussão entre estes dados e teoria ou ciência anterior acerca dos problemas congêneres antes estudados.

O método que é usado neste trabalho assume então que se procura: a descoberta de um fenómeno e suas implicações; explicar tais implicações; realçar a emergência de comportamentos, atitudes ou planos; descrever cada etapa de modo a que os procedimentos investigativos e a discussão académica possam, a qualquer momento, ser replicados ou complexificados.

A preocupação central descreve-se em quatro questões guia: (i) A teoria ajusta-se ao contexto do estudo?; (ii) É compreensível?; (iii) É generalizável a contexto ou indivíduos com estruturas de vida similares?; (iii) Tal como se apresenta, é fiável em termos de controlo pelas lentes do conhecimento científico? Se, respondendo a estas indagações, quem investiga e quem consulta os dados e as conclusões puder compreender o cerne dos problemas e as modalidades de solução propostas, então o trabalho fará sentido.

² O conceito interacionismo simbólico, usualmente atribuído a G. H. Mead, é alicerçado nas formulações de Blumer.

A *Grounded Theory* implica um processo comparativo constante, isto é, à medida que se recolhem e analisam os dados, está-se também a criar teoria, abstração.

As questões simbólicas são uma preocupação constante neste método, ao considerar os indivíduos que se assumem não como sujeitos, mas antes como informantes preferenciais, também a sua presença e o número de participantes é um pormenor a ponderar: não se trabalha com amostras, antes prevê-se a robustez dos dados recolhidos a partir de uma amostragem teórica, isto é, se um pormenor emerge numa entrevista, mas não é relevantes em algumas outras, possivelmente teremos de buscar compreender esse dado por recurso, ou a novas entrevistas, ou em pesquisa de campo mais atenta ao dado que, se foi tocado, merece ver-se reportado no computo final do trabalho de investigação. De igual modo, ainda que não haja um número fixo preestabelecido de entrevistas a efetuar, estas não devem ser inferiores a 8 ou superiores a 24 (Riley, 1996). Também a explicação do que pretendemos é bem referida por Miller e Crabtree (2004), quando afirmam que o que se busca é a apresentação de uma metanarrativa a partir das muitas vivências ou experiências verbalizadas por cada participante. Se retomarmos algumas das considerações centrais de Glaser (2013), tudo pode ser um dado, cada narrativa, cada explicação pessoal, cada fotografia, esboço, etc.

Neste trabalho, visando compreender a experiência do fogo, propomo-nos escutar a voz de quem esteve profunda e inevitavelmente sujeito(a) a uma situação tão tensa e perigosa quanto foram (têm sido) os fogos florestais das estações com temperaturas mais elevadas e menos precipitação, em Portugal. A opção por esta metodologia deve-se precisamente à ampla margem de acesso a informação que não se esgota num formulário, num levantamento de dados pré-estabelecido, nem sequer numa entrevista fechada. A *Grounded Theory* convoca para cada estudo uma panóplia extensa de elementos que se transformam em unidades de análise e nos guiam na própria interpretação da realidade de facto vivida pelas pessoas que participam no estudo.

O que é dito, cada palavra, o que não se verbaliza, mas que se percebe num silêncio e conduz a nova questão, os gestos, as expressões faciais como o tom de voz ou mesmo a velocidade da fala, o ritmo, os esquecimentos, a expressão de cada sentimento, a postura ao falar, a necessidade de interromper o discurso ou até a sugestão explícita de questões que a equipa de investigação não tivesse sequer ponderado, pode surgir a cada

momento de recolha de dados e é considerado(a) na análise da informação (triangulação de dados). Esta matriz tão alargada de possíveis interpretações e contrainterpretações tem, necessariamente, que ser polida e sujeita a verificação por investigadores isentos que medeiam qualquer enviesamento na interpretação da informação recolhida (a triangulação de investigadores). Daqui se retira que este método implique a colaboração de diferentes agentes, o momento de análise não se esgota numa única pessoa e os efeitos dos implícitos pessoais são limitados pela comparação com conhecimento anterior (triangulação de teorias), teoria e a reavaliação de informantes preferenciais a quem se pede que analisem as conclusões alcançadas reconhecendo-se nelas ou sugerindo revisões. Utilizar este método para estudar o impacto do fogo nas populações, muito mais que ser um procedimento delicado, pode ser também um espaço de redenção, de lugar de fala a cada pessoa a quem a experiência do fogo tenha roubado vida. Ancorada nos dados, a emergência da informação surge das palavras dos protagonistas.

Neste trabalho reforçamos a importância da triangulação metodológica, pois as formas de estudar um tema tão ecológico quanto humano, implica a consideração de diversas formas de recolha e atenção aos dados, mas de acordo com Janesick (1994), estaremos permanentemente numa experiência que se denominará como *triangulação interdisciplinar*, porque mais de uma disciplina do saber se encontra em campo ao longo de todo o processo de trabalho desenvolvido.

A organização de um grupo de participantes, para levar a cabo a investigação acerca das condições que possam regular os padrões de ligação das pessoas às suas comunidades e às localidades afetadas pelos fogos florestais, implica o reconhecimento da necessidade de pedir a cada pessoa que recorde um episódio (ou vários) doloroso da sua vida. Sabendo desta dificuldade crítica propusemos associar à equipa de investigação a psicóloga que conhece a região e tem o contacto das pessoas da população. Cada entrevista, a cada uma das 12 pessoas que colaboraram com o seu testemunho para a recolha de dados, foi acompanhada pela profissional que saberia como dar suporte e auxiliar estes participantes no caso de uma qualquer reação afetiva, emocional menos ajustada. Esta preocupação, além da atenção dedicada à explicação dos cuidados éticos a garantir aquando do processo, revelou-se uma mais-valia importante para o bom ritmo de cada entrevista e de cada etapa de acesso e contacto com a população.

Uma vez que neste documento buscamos compreender os aspetos respeitantes à vivência do risco, à ligação ao território e à permanência (ou não) no território de habitação anterior à ocorrência trágica dos fogos, procurou-se dar voz a um conjunto de indivíduos que pudessem, de algum modo, trazer a visão de adultos de várias idades, formação académica, profissão, situação familiar e relação com a terra o mais diversificada possível.

A nossa amostra teórica foi então constituída por quatro (4) indivíduos do sexo masculino e oito (8) do sexo feminino; pessoas a viver sozinhas e pessoas com responsabilidades para com ascendentes e descendentes dependentes ou a cargo; solteiros, casados, em união de facto, viúvos; nascidos no concelho da Pampilhosa da Serra e sempre ali vivendo; nascidos no concelho da Pampilhosa da Serra e tendo mudado para localidades mais ou menos afastadas; nascidos fora do concelho mas com familiares a viver neste território e, por isso, com ligação à terra ao longo da vida; pessoas que viajaram pelo mundo e pessoas que nunca saíram das linhas de limite da região. Em termos escolares, tivemos a oportunidade de trabalhar com pessoas com a escolaridade obrigatória de acordo com as suas idades, desde o atual 1º ciclo do Ensino Básico ao grau de licenciatura. A pessoa mais nova nascida em 1988 e a pessoa mais idosa nascida em 1943.

Cada entrevista teve duração aproximada de sessenta (60) minutos, a mais breve, e por razões técnicas que dificultaram a gravação, não foi além dos 45 (quarenta e cinco) minutos, a mais longa ultrapassou bem uma hora (88) oitenta e oito minutos. Alguns casos houve em que, depois da ronda de questões terminada, a pessoa entrevistada retomou a fala e esclareceu alguns pontos que julgava não ter exposto com exatidão. Outras situações existiram em que, mesmo antes de se colocar uma nova questão, já a conversa se dirigia para o ritmo dos temas pretendidos. Fosse qual fosse o ambiente da conversa, as pessoas entrevistadas foram deixadas expressar cada ideia ou embargo da voz, à sua maneira, ao seu ritmo, contando com o apoio da psicóloga que colaborou nesta tarefa. Importa sublinhar a facilidade com que todos os participantes e todas as participantes se disponibilizaram a partilhar a sua experiência e as suas reflexões acerca do tema. Esta disponibilidade imediata para abordar um tema que provoca sofrimento só foi possível pela ligação de confiança antes estabelecida entre cada entrevistado/a e a profissional do Município.

Reflexão sobre alguns dos resultados obtidos

No que concerne às categorias do discurso que podemos desde já apresentar, contam-se as três chaves para a construção de um projeto de teoria sobre o território e sua importância (1 – a ligação de cada pessoa ao espaço), também a vivência do risco (2 – as memórias e a importância do recontar), a permanência (ou não) nesse(s) lugar(es) (3 – porque ficam ou como se opta por ficar).

Todas as entrevistas deixaram clara a *dimensão cronotópica topofílica*: todas as vozes remetem para o conhecimento e apego àquele território desde a infância. Mesmo as pessoas que não nasceram na região, mantiveram contatos regulares com os familiares que permaneciam e, por isso, habituaram-se a reconhecer naquelas localidades, aldeias e vilas, uma parte da sua casa, das suas raízes. Sobre o ponto que assumimos como tratando a ligação ao território, temos excertos como: *“há duas pessoas que ainda me conheciam (da infância)”* (E2); *“Agora não é diferente, as pessoas ajudam-se. O que é diferente, agora, é que as pessoas são idosas, não têm mobilidade...”* (E3); (E5) afirma: *“É o amor à terra. As pessoas não abandonam”*; (E6) ainda acrescenta que *“inicialmente ainda pensámos sair (da aldeia), mas depois vimos que já não era viável... por isso ficámos.”*; (E8) é perentório quando diz que *“As pessoas não devem ser retiradas das suas aldeias, devem ser retiradas de locais de perigo (...) para um local seguro dentro de cada aldeia. Não saber o que se está a passar é pior, a angústia é pior...”*, um outro participante chama a atenção para a importância da revalorização de profissões pouco reconhecidas, lembra que *“o sapador florestal não pode ser um cantoneiro profissionalizado!”* (E10), refere o saber e o conhecimento que estes indivíduos têm das matas, das florestas, do território. Uma das vozes com mais tempo de vida na região lembra a qualidade do ar, a importância da paisagem cuidada, a vida em comunidade: *“parece que o ar era melhor, (...) as árvores fazem muita falta... antes era a resina (os pinheiros) agora é só tojeiros. (...) Antes fazia-se a matança e era para todos! Não havia frigorífico, na vez a seguir era na casa da outra (pessoa)”* (E9). Nesta mesma entrevista, a dado momento, a propósito da vida como agora se vai seguindo, afirma: *“não há cá ninguém... a Pampilhosa qualquer dia acaba. Não há cá ninguém.”* Em contrapartida, e retomando palavras de uma entrevista já antes aqui referida (E2) ouvimos que *“antes do fogo, não conhecia ninguém e não me conheciam, não me dava a conhecer, estava isolado... agora toda a gente me conhece! E isso É Bom!”*.

No ponto sobre a *vivência do risco* escutámos considerações dolorosas para cada narrador(a). Uma das pessoas com mais idade relembra as estratégias de combate aos incêndios *“tínhamos que ir ao balde. Nós... era ao balde! Tinha um poço no quintal e fui buscar muitos, muitos. Era preciso encher os tarcos, tudo... e molhar em volta.”* Mas acrescenta que, em 2017, a violência do fogo foi tal que *“nem deu tempo para nada!”* (E9). Um dos mais novos, com conhecimento de vida e da realidade do território e do perigo, contou como se apercebeu do incêndio e como agiu (E10): *“Alertei que se calhar aí num espaço de meia hora, uma hora ele estava aí. (...) Fui a casa dos meus pais, já estavam na cama, fi-los levantar, o que vinha aí não era nada bom! na rua dos meus pais há muito pouca gente, recomendei que os vizinhos todos se levantassem da cama e nos reunirmos e fazer o que devia ser feito. juntar as pessoas..”;* (E11), uma pessoa que voltara para a região depois de toda a vida fora dali, disse *“assisti a incêndios quando vinha cá de férias. As pessoas conseguiam apagá-los... mas nada deste género...”* acrescenta *“passei uma noite terrível... terrível.”;* (E6) conta que *“um antigo habitante da aldeia disse que o fogo estava a chegar... a minha casa é à antiga, encostada à ribanceira...”* e acrescenta, em jeito de remate da lembrança do perigo vivido *“estávamos pouco consciencializados para estas situações... esta dimensão deste incêndio, isto não era de esperar...”*. Sendo uma das pessoas mais jovens da aldeia, teve de assumir o suporte dos habitantes idosos, tinha adquirido aquela casa fazia pouco tempo, conta, em tom de voz mais baixa, que julgou que perderia tudo naquela noite. Outra das pessoas entrevistadas, que sempre viveu na região, assegura que *“ninguém se habitua a conviver com incêndios!”* (E5) e que esta ocorrência de 2017 é, ainda agora, *“um trauma muito grande...”*, *“nós achávamos que sabíamos tudo sobre incêndios, em 2005 também foi mau... em 2017 percebemos que não sabíamos nada! Foi uma impotência total...”*. Subitamente, relembra o passado e do que se lembra da infância e juventude, relata que os incêndios *“antes eram menos intensos. Não tinha nada a ver... tínhamos bombeiros, a população ajudava.”* (E1) refere *“senti medo, mas também alguma adrenalina! (...) perdi os meus sapatos!”* conta como, saindo de um casamento onde se encontrava com a família e amigos, resolveu descalçar esses sapatos de traje formal e aponta este pormenor como um dado relevante para a compreensão da situação que revivia na conversa. Uma das pessoas de mais idade e que sempre vivera com contato e conhecimento do perigo de incêndio, disse sobre

outubro de 2017: *“Medo? Ai, muito muito. Tive muito medo. O incêndio rodeou a vila, vi a casa dos meus filhos rodeada de fogo, e a minha também. Havia um ciclone muito forte... (...) e estava a tomar conta de uma pessoa acamada...”* (Foi) *“Um terror autêntico, foi muito, muito mau...”* (E3).

Nos relatos sobressai a *dimensão do espaço vivido*, quando um dos participantes mais jovens afirma *“uma pessoa da minha idade já presenciou N situações de incêndios ao longo dos anos, já sabemos como agir em determinadas situações. (...) acho que foi o pior incêndio que podia acontecer na nossa vida, acho que não volta a acontecer assim, a probabilidade de acontecer alguma coisa assim, ou pior... acho que é um cenário difícil de se repetir!”* (E4). Este indivíduo, que sempre viveu na região, remete todas as considerações acerca dos fogos de 2017 para esse lugar de reconhecimento do fenómeno, mas aponta cuidadosamente a diferença de dimensão e perigo desta ocorrência. Importa ainda uma consideração curiosa, dada a partir de alguém com pouco tempo de vida no lugar (E2) e referindo-se a um incêndio anterior a outubro de 2017 *“pareceu visceral, saber o que fazer, não é, sem nos terem dito o que fazer... meter tudo na cave...”*.

Se o cenário de fogo como tragédia recorrente é uma possibilidade reconhecida por cada uma das pessoas que participaram na investigação, tentámos auscultar a razão (ou razões) que encontram para permanecer na região: Numa das falas percebemos que a pessoa (E1) considera que *“nós não podemos forçar o papel de uma comunidade. (...) Todos somos agentes da Proteção Civil! Depois de uma catástrofe destas, as pessoas ficam mais conscientes, sim.”* e refere-se à importância das coisas que *“parecem não ter valor (...) poder sair para caminhar, respirar ar puro... (...) o contrário da agitação da cidade, das pressas.”* É perentória quando afirma *“Não estou a ver alguém que tenha saído devido aos incêndios. (...) O fator económico, a questão do emprego é que fixa as pessoas ao território. (...) as pessoas construíram no mesmo sítio e meia dúzia de casas que construíram noutra sítio, com o apoio à construção. (...) houve a senhora que faleceu... o filho não quis construir no sítio em que ardeu a casa, veio construir na vila.”* Uma outra perspectiva, de alguém com muitos menos anos na região, (E2) à questão sobre se teria pensado abandonar o lugar, disse *“Não. Não!”* apesar de todas as coisas na casa se terem perdido para o fogo. Sobre este ponto, talvez seja a resposta mais densa pois reflete em voz alta nos seguintes termos: *“esta*

história é só uma pequena parte da minha história de existência, não é? (...) viver aqui sempre foi um sonho, viver no campo... sempre achei que seria uma ideia boa! (...) Quando cheguei aqui gostava de ir para a horta, cortar as silvas, estava com uma grande convicção... agora já não. Talvez fosse mais fácil (abandonar)... (...) Vivo com isso, as recordações da casa antes das obras que se fizeram... por um lado sou muito desligado, por outro lado sou muito sensível. Uma contradição que tenho em mim.”

O que leva uma pessoa a permanecer num local onde foi confrontada com uma das piores experiências da sua vida? Das vozes escutadas sobressaem duas categorias de análise: as circunstâncias limitantes (casos das vozes 2 e 11, especialmente), a *forte conexão com o território, numa lógica de topofilia* (vozes 4, 6 ou 8). As circunstâncias que impedem a saída – fatores de imobilidade - são, para cada participante, devidas a questões económicas, ao trabalho, à família, à impossibilidade de abandono de um sonho ou projeto pessoal ou, num caso extremo, quase a impressão de se estar numa prisão, numa encruzilhada que impede a escolha de alternativas. Contudo, mesmo quando as circunstâncias são apontadas como aquilo que impede a mudança, mesmo os casos onde o desejo de abandono parece emergir, também a impressão de ligação à terra acaba por sobressair, o desejo de lutar por um projeto anterior, a disposição para se entregar a uma busca de sentido pessoal que é perpassado por aquele território.

A ilustrar esta conexão com o espaço territorial tivemos as afirmações que se compunham precisamente com assento na ideia de raiz, de ter uma raiz muito forte estabelecida entre a pessoa e o seu lugar, cada pessoa e o seu ponto de contacto com o passado desenhado no plano de vida ou projeto de futuro. A recordação da importância de salvaguarda das fotografias, a relevância da máquina fotográfica como instrumento de captura de instantes para sempre, do verde, da paisagem, até do mato. A expressão clara desde o ter nascido ali e para ali, a vontade de permanecer.

A ligação à comunidade é outro dos fatores que sobressai em todas as entrevistas. Mesmo na experiência de menos tempo a viver na região, a relevância de quem se conhece e nos conhece, o saber-se em casa, o ser-se visto e reconhecido surge assim como uma das peças charneira para o combate à frustração, ao surgir de pensamentos quase intrusivos de proposta de abandono do local: saber que se é daquela terra, que se é reconhecido pelos demais, que se reconhecem esses mesmos

outros do lugar, parece garantir uma forma de sentido na vida mesmo quando tudo antes se perdeu ou se viu morrer pela força devastadora do fogo.

Referimos as imagens pelas *memórias* do que cada participante contou, mas também tivemos os relatos das coisas salvas em dois dos momentos das conversas que resultaram das entrevistas com a população: um dos casos passa pela impressão de alívio por poder salvar a memória da casa na iminência de tudo perder, bastando, para isso, levar consigo o disco duro do computador e o álbum de fotografias. Este foi o instante de alívio que vislumbrámos no rosto e na voz da pessoa que nos narra a sua experiência, poder salvar a memória como garante (ou quase garante) de sustento para a construção do futuro. Do mesmo modo, numa outra conversa, de uma pessoa que reconhecemos ter perdido qualquer bem pessoal além do que transportava consigo no momento em que o fogo lhe invadiu a habitação: por força do hábito pelo encantamento com a região, costumava sair de casa sempre com a máquina fotográfica. Foi então este bem, agora mais que nunca precioso que, além da roupa que vestia, conseguiu salvar.

Se temos duas vezes que apontam para a revolta com aquilo que para qualquer outra pessoa possa parecer pormenor, para si mesmas são instantes fulcrais (como o jardim perdido para as chamas ou uns sapatos de festa jogados fora quase inadvertidamente, mas na pressa de poder correr); também outras vezes mais antigas nos convidam a deslocar o olhar que visa interpretar motivos e escolhas, anseios e decisões. O que leva as pessoas a escolher ficar num lugar onde reconhecem ter lidado com o pior que lhes poderia acontecer? A quase unanimidade é reconhecível nas palavras escolhidas e nos tons de coragem que apresentam. Mesmo quando algumas das narrativas podem remeter para responsabilidades fora de cada um ou uma enquanto pessoa, para vizinhos, municípios ou governo central, o que sobressai é o sentido para a vida vivida ali naquele lugar. É a esperança da reconstrução. Das memórias do ar mais puro às lembranças de um território verdejante; da chegada a um lugar envelhecido, à impressão de fazer parte de um coletivo; da tristeza pelo abandono do modo de vida havido, para a possibilidade de reconhecimento de fazer parte de um todo maior; os relatos que nos trouxeram foram de uma profundidade que exigirá maior afinação das interpretações e continuidade na abordagem próxima das memórias e saberes destas pessoas.

Conclusão

O abandono a que se vêm sujeitas todas as áreas que não são rentáveis ou imediatamente associadas a uma ideia de desenvolvimento é algo que parece ter entrado na esfera do banal e, nas ciências sociais, tantos temas têm surgido com impacto imediato assim que abordados que, a situação do pós-tragédia ou drama humano rapidamente se descarta por não corresponder ao desejo de conclusão imediata como os novos e apressados tempos que vivemos nos sugerem a cada instante. Os incêndios florestais de 2017 geraram uma comoção nacional que não terá sido em vão, mas o trabalho com as comunidades afetadas parece ter, se não parado, estagnado. Se atentarmos a diversos autores, das áreas do saber ocupadas com as condições humanas na História, Antropologia, Geografia, Psicologia ou outras, encontramos um trabalho já com tempo suficiente para, se pararmos e o analisarmos, reconhecermos a preocupação que encerra. Uma epistemologia das catástrofes é o que o trabalho de Mike Davis procura trazer-nos em *A Ecologia do Medo* (1998), sendo uma obra com vários anos, mantém a sua atualidade pela raiz que a sustenta: o Humano, como qualquer animal, sente o impacto psicológico imposto pelo predador à sua presa. Acostumado a ser o topo da cadeia alimentar, na verdade cada ser humano é um indivíduo profundamente vulnerável às forças da natureza e, no caso do fogo, tanto o lugar imaginário das chamas como punição, quanto o contacto de forças tão desigual como possa ser o combate a um incêndio, deixam antever um nível excruciante de stress induzido que quem tem de lutar ou lidar com um fogo descontrolado pode experimentar. Nesta obra o autor propõe também a compreensão do paralelo que podemos estabelecer entre injustiça social e a força dos desastres naturais, quem mais sofre, como o tipo e nível de impacto se diferencia conforme os antecedentes sociais e de privilégio das vítimas. Nos casos dos incêndios de 2017 também as diversas condições de estabilidade no emprego, na família, no entrosamento pessoal na comunidade fizeram a sua diferença. Em alguns casos, de modo feliz, indivíduos isolados passaram a encontrar uma comunidade que os acolhe e que acolhem também como parte de si; pessoas a quem a dificuldade de emprego volta a despertar a tristeza por um saber fazer que parece não ter eco na região que procuram servir e ver cumprir; pessoas a quem a dor de membros da família provoca mais sofrimento do que aquele que por si só o incêndio terá feito sentir.

Seja qual for o caminho entre o sentido e o narrado, entre o vivido e o aprendido, ninguém deseja abandonar aquele território. Quase podendo fazer-nos considerar, como questão futura, alguma pesquisa mais dos motivos ou ligações espirituais do humano ao seu lugar de pertença.

Daniel Treisman, em 2011 fez um curioso paralelo entre céu e inferno e propôs uma correlação entre a tendência para a experiência de medo e as tradições religiosas dos países. Se continuamos a entender Portugal nas suas raízes judaico-cristãs, como um território (ainda) maioritariamente católico, encontramos de imediato a ligação à imagem de pecado e castigo divino pelo fogo do inferno.

Nenhuma das pessoas entrevistadas sequer fez menção a explicações transcendentais ou a castigos que não fossem passíveis de rebater, discutir, contrariar: pelo contrário, talvez várias foram as vozes que apontavam como explicação possível o ato criminoso, o descuido, o limiar de desaparecimento de um sentir de comunidade. Nunca uma força além humana, quando muito a força impressionante da água que, sendo capaz de travar (ou tentar fazê-lo) travar o fogo, mais tarde, nos territórios massacrados pela perda de massa e densidade dos terrenos, se sujeita a essa outra forma de força natural, as cheias ou enxurradas que, para uma das pessoas ouvidas, essa sim, surge apresentada como uma força incontrolável e bem além do poder de contenção por mão humana. Esta consideração remete-nos para a afirmação em uma das entrevistas, quando escutamos a implicação do coletivo nas palavras *todos somos Proteção Civil* (E1), seremos tanto mais quanto os lugares que habitamos forem sentidos por cada um e cada uma como parte de si (como aqui vimos suceder).

Deste modo, e ainda que o trabalho de Bayer e Dantas (2018) se refira à urbanidade, a sua relevância para esta nossa discussão surge precisamente por se prestar atenção à importância do território enquanto lugar partilhado, enquanto campo para diversas sociabilidades. No nosso texto procurámos dar a saber da escuta levada a cabo junto das pessoas que, a seu modo, lidaram com um fogo devastador e lidam, anos mais tarde, com o contacto com a sua comunidade, as suas perdas e a dos outros com quem continuam a partilhar o espaço antes devastado e sobre o qual continuamente pesa o receio de novo momento de pavor provocado por fogos florestais cíclicos, não será por acaso que diversas vozes lembram a confiança que

têm na ocorrência de novo e violento incêndio dentro de uma margem de tempo não superior a 5 anos³.

Como se vivem e preparam as comunidades, afinal, acaba por ser a questão que nos impomos e para a qual muito parece ainda estar por fazer.

Bibliografia

- Altener, A., Volpicelli, J. R., & Seligman, M. E. P. (1979). Debilitated shock escape is produced by short- and long-duration inescapable shock: Learned helplessness vs. learned inactivity. *Bulletin of Psychonomic Society*, 14(3), 337-339.
- Baptista, A., Carvalho, M., & Lory, F. (2005). O medo, a ansiedade e as suas perturbações. *Psicologia*, vol. XIX (1-2), 267-277.
- Barlow, D. H. (1988). *Anxiety and its disorders*. New York: Guilford.
- Bayer, H.A., & Dantas, E. M. (2018). Notas Teóricas para o Estudo do Medo pela Geografia. Disponível em <https://journals.openedition.org/confins/13588>
- Beidel, D. C., & Turner, S. M. (1998). *Shy children, phobic adults. Nature and treatment of social phobia*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Blumer, H. (1986). *Symbolic interactionism: Perspective and method*. Berkeley: University of California Press.
- Canterbury, R., & Yule, W. (1999). Planning a Psychosocial Response to a Disaster. in W. Yule (Ed.), *Post-Traumatic Stress Disorders: Concepts and Therapy* (p. 285-296). New York: Wiley.
- Cowlishaw, S., Metcalf, O., Varker, T., Stone, C., Molyneaux, R., Gibbs, L., Block, K., Harms, L., MacDougall, C., Gallagher, H. C., Bryant, R., Lawrence-Wood, E., Kellett, C., O'Donnell, M., & Forbes, D. (2021). Anger Dimensions and Mental Health Following a Disaster: Distribution and Implications After a Major Bushfire. *Journal of Traumatic Stress*, 34, 46-55. Available in: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/jts.22616>
- Dale-Hallett, L., Carland, R., & Fraser, P. (2015). Sites of Trauma: Contemporary Collecting and Natural Disaster. in A. Witcombe, & K. Message, *The International Handbooks of Museum Studies*, Vol 3: Museum Theory. (pp. 351-552). New York: Wiley Blackwell.
- Davis, M. (1998). *Ecology of Fear: Los Angeles and the Imagination of Disaster*. Metropolitan Books.
- Dinis, J. (2007). A Ciência e as Comunidades face aos Geoperigos: Catástrofes, Paraíso e Pecado Original na relação Homem-Natureza. (pp.51-71). in L. Sales (Coord.). *Psiquiatria de Catástrofe*. Coimbra: Edições Almedina. Disponível em: https://issuu.com/ctrauma/docs/design_sem_nome-mesclado
- Ekman, P. (1992). An argument for basic emotions. *Cognition and Emotion*, 6, 169-200.
- Fahrudin, A. (2012). Psychosocial reaction and trauma after a natural disaster: The role of coping behavior. *Asian Review of Social Work and Policy*, 6, 3, 192-202.
DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1753-1411.2012.00070.x>

³ Considerando que a maior parte da recolha de informação aconteceu em 2022, este limite de 5 anos aponta, assim, para a expectativa de nova ocorrência até 2027, dez anos após os incêndios aqui considerados.

- Ferry, L. (1992). *A nova ordem ecológica*. Lisboa: Edições ASA.
- Ferry, L., & Vincent, J.-D. (2000). *O que é o Homem?* Lisboa: Edições ASA.
- Gittelman, R. (1986). *Anxiety disorders in childhood*. New York: John Wiley.
- Glaser, B.G. (2013). *No Preconceptions: The Grounded Theory Dictum*. Sociology Press.
- Glaser, B.G., & Strauss, A.L. (1967). The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research. Aldine. DOI: <https://doi.org/10.1097/00006199-196807000-00014>
- Gonçalves, C. (2007). Incêndios em Portugal. (p.151-162). in L. Sales (Coord.). *Psiquiatria de Catástrofe*. Coimbra: Edições Almedina. Disponível em: https://issuu.com/ctrauma/docs/design_sem_nome-mesclado
- Gross, J. J. (2008). Emotion Regulation. in Lewis, Jones & Barrett. (Eds.). *Handbook of Emotions* (p. 497-512). New York: The Guildford Press.
- Houart, J. (2007). Da Crise Individual à Catástrofe Coletiva. (p. 249-254). in L. Sales (Coord.). *Psiquiatria de Catástrofe*. Coimbra: Edições Almedina. Disponível em: https://issuu.com/ctrauma/docs/design_sem_nome-mesclado
- James, W. (1884). What is an emotion?. *Mind*, 9, 188-205.
- Janesick, V. (1994). The Dance of Qualitative Research Design. in N. Denzin, & Y. Lincoln (Eds.) *Handbook of Qualitative Research* (p. 209-219). Thousand Oaks: Sage Publications.
- John, O. P., & Gross, J.J. (2004). Healthy and unhealthy emotion regulation: personality processes, individual differences and life span development. *Journal of Personality*, 72 ,6, 1301-1333.
- Lourenço, L. Félix, F. (2019). As vagas de incêndios florestais de 2017 em Portugal Continental. Permissas de uma quarta “geração”?. *Territorium - Revista Internacionjal de Riscos*, 26(II) "Incêndios Florestais - no rescaldo de 2017", 35-48. Editores: RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança; IUC - Imprensa da Universidade de Coimbra. ISSN: 0872-8941, Coimbra. DOI: https://doi.org/10.14195/1647-7723_26-2_3
- Maier, S. F., & Seligman, M. E. P. (1976). Learned helplessness: Theory and evidence. *Journal of Experimental Psychology: General*, 105(1), 3-46.
- Merton, R. K. (1973). *The sociology of science, theoretical and empirical investigations*. Chicago: The University of Chicago.
- Miller, W. & Crabtree, B. (2004). Depth Interviewing. In. S. Hesse-Biber, & P. Leavy (Eds.). *Approaches to Qualitative Research* (p.185-202). NY: Oxford University Press.
- Mira, M., Lourenço, L. (2019). Grandes incêndios florestais de 17 de junho de 2017 em Portugal e exemplos da determinação das respetivas causas. *Territorium - Revista Internacionjal de Riscos*, 26(II) "Incêndios Florestais - no rescaldo de 2017", 49-60. Editores: RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança; IUC - Imprensa da Universidade de Coimbra. ISSN: 0872-8941, Coimbra. DOI: https://doi.org/10.14195/1647-7723_26-2_4
- Nesse, R. M. (2001). The smoke detector principle: Natural selection and the regulation of defensive responses. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 935 (1), 75-85. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1749-6632.2001.tb03472.x>
- Nesse, R. M. (1990). Evolutionary explanations of emotions. *Human Nature*, 1, 261-289.
- Peterson, C., Maier, S. F., & M. E. P. Seligman (1993/95). *Learned Helplessness – A Theory for the age of personal control*. New York: Oxford University Press.
- Rapee, R. M. (1996). *Current controversies in the anxiety disorders*. New York: Guilford.
- Riley, R. (1996). Revealing Socially Constructed Knowledge through Quasi- Structured Interviews and Grounded Theory Analysis. *Journal of Travel and Tourism Marketing*, 15(2), 21-40.
- Rosen, J. B., & Schulkin, J. (1998). From normal fear to pathological anxiety. *Psychological Review*, 105, 325-350.

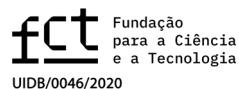
- Saunders, P. (1990/2021). *A Nation of Home Owners*. London: Routledge.
- Seligman, M. E. P., & Maier, S. F. (1967). Failure to escape traumatic shock. *Journal of Experimental Psychology*, 74, 1-9.
- Shepherd, D. A., & Williams, T. A. (2014). Local venturing as compassion organizing in the aftermath of a Natural Disaster: The role of localness and community in reducing suffering. *Journal of Management Studies*, 51, 6, 952-994. DOI: <https://doi.org/10.1111/joms.12084>
- Smith, P. K. (1979). The ontogeny of fear in children. in W. Sluckin (Ed.), *Fear in animals and man*. London: Van Nostrand.
- Sluckin, W. (Ed.). (1979). *Fear in animals and man*. London: Van Nostrand.
- Tamir, M. (2009). What Do People Want to Feel and Why?: Pleasure and Utility in Emotion Regulation. *Current Directions In Psychological Science*, 18, 2, 101- 105.
- Tedim, F. (2018). O futuro dos incêndios rurais em Portugal: Será possível construir uma sociedade resiliente a eventos extremos? In: Simões, Orlando (Org.), *O rural depois do fogo*, Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Coimbra, 239-258.
- Tuan, Yi-Fu (2008). *Space and Place. The perspective of experience*. Minnesota: University of Minnesota Press.
- Treisman, D. (2011). *The Geography of Fear*. Disponível em https://www.nber.org/system/files/working_papers/w16838/revisions/w16838.rev0.pdf
- Tuma, A. H., & Maser, J. (1985). *Anxiety and the anxiety disorders*. New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Vasey, M. W., & Dadds, M. R. (2001). *The developmental psychopathology of anxiety*. Oxford: Oxford University Press.
- Virilio, P. (2012). *The Administration of Fear*. Londres: Semiotext(e).
- Yule, W., Smith, P., Perrin, S., & Clark, D. M. (2013). Post-traumatic stress disorder. In C. A. Essau & T. H. Ollendick (Eds.), *The Wiley-Blackwell handbook of the treatment of childhood and adolescent anxiety* (p. 451–470). Wiley Blackwell.

Apoios

This work is funded by FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia – under the project UIDB/00460/2020.



CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
CEIS20 | Universidade de Coimbra



CONCLUSÃO

Fátima Velez de Castro

Universidade de Coimbra, NICIF, RISCOS e CEIS20 (Portugal)
Faculdade de Letras, Departamento de Geografia e Turismo
ORCID: 0000-0003-3927-0748 velezcastro@fl.uc.pt

A interdisciplinaridade que caracteriza esta obra, permitiu uma leitura dos “*Contributos da Sociedade para a Redução do Risco em Populações Vulneráveis*”, com base em visões epistemológicas, metodológicas e analíticas diferenciadas. Sendo esse o espírito da RISCOS, pretendeu-se induzir nas leitoras e nos leitores, inquietações que fazem parte dos territórios vividos por populações expostas a potenciais situações de risco e catástrofe. Nesse sentido, pode-se assumir a existência de quatro grandes núcleos de conteúdos neste livro.

O primeiro diz respeito à relação bidirecional entre a questão da pobreza e do conflito, assim como a discussão estabelecida em torno do estabelecimento do que se entende ser o perfil das denominadas populações vulneráveis. Para isso, tenta-se estabelecer quadros de compreensão da vulnerabilidade como fenómeno social, associada a determinados contextos físicos e humanos de fragilidade. O segundo núcleo de conteúdo entreliga a problemática do risco, da vulnerabilidade, e da catástrofe e das medidas compensatórias, dando a conhecer visões diferenciadas a partir do direito, da sociologia, da economia e das finanças (seguradoras). O terceiro refere-se à realidade portuguesa, tendo em conta casos particulares que estão na ordem do dia, no que concerne à discussão pública de temas urgentes como os incêndios florestais, a gentrificação e turistificação de áreas urbanas, e participação cívica. Por último o quarto núcleo de conteúdos versa a realidade da América Latina, em especial da Colômbia e do Brasil, discutindo-se a temática da vulnerabilidade em grupos populacionais particulares, como é o caso das mulheres afrodescendentes, catadoras e catadores de lixo, trabalhadoras e trabalhadoras rurais e contextos sociais de pobreza.

A partir das conclusões e recomendações inerentes a todos os trabalhos aqui apresentados, pretende-se continuar a desenvolver investigação na área dos riscos antrópicos, em especial na dimensão social, ligando a Academia, os Operacionais, a Sociedade e a Escola, numa lógica contributiva não só para a compreensão, como também para a prevenção e mitigação de contextos de risco.

(Página deixada propositadamente em branco)

SÉRIE
RISCOS E CATÁSTROFES

Títulos Publicados:

- 1 *Terramoto de Lisboa de 1755. O que aprendemos 260 anos depois?*
- 2 *Sociologia do Risco;*
- 3 *Geografia, paisagem e riscos;*
- 4 *Geografia, cultura e riscos;*
- 5 *Alcáçache. 30 anos depois;*
- 6 *Riscos e crises. Da teoria à plena manifestação;*
- 7 *Catástrofes naturais. Uma abordagem global;*
- 8 *Catástrofes antrópicas. Uma aproximação integral;*
- 9 *Catástrofes mistas. Uma perspetiva ambiental;*
- 10 *Contribuições da Geografia para o Ensino dos Riscos;*
- 11 *Contributos da Sociedade para a Redução do Risco em Populações Vulneráveis.*

Tomos em preparação:

- 12 *Contributos da Formação para a Redução do Risco;*
- 13 *Os Riscos e a Energia;*
- 14 *Contributos da Ciência para a Redução do Risco;*
- 15 *Riscos antrópicos e geopolítica.*

(Página deixada propositadamente em branco)

RISCOS
E CATÁSTROFES



I|U **IMPRENSA DA**
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS